

1ª quinzena de junho de 2001

Jornal da Adufrgs

nº 83

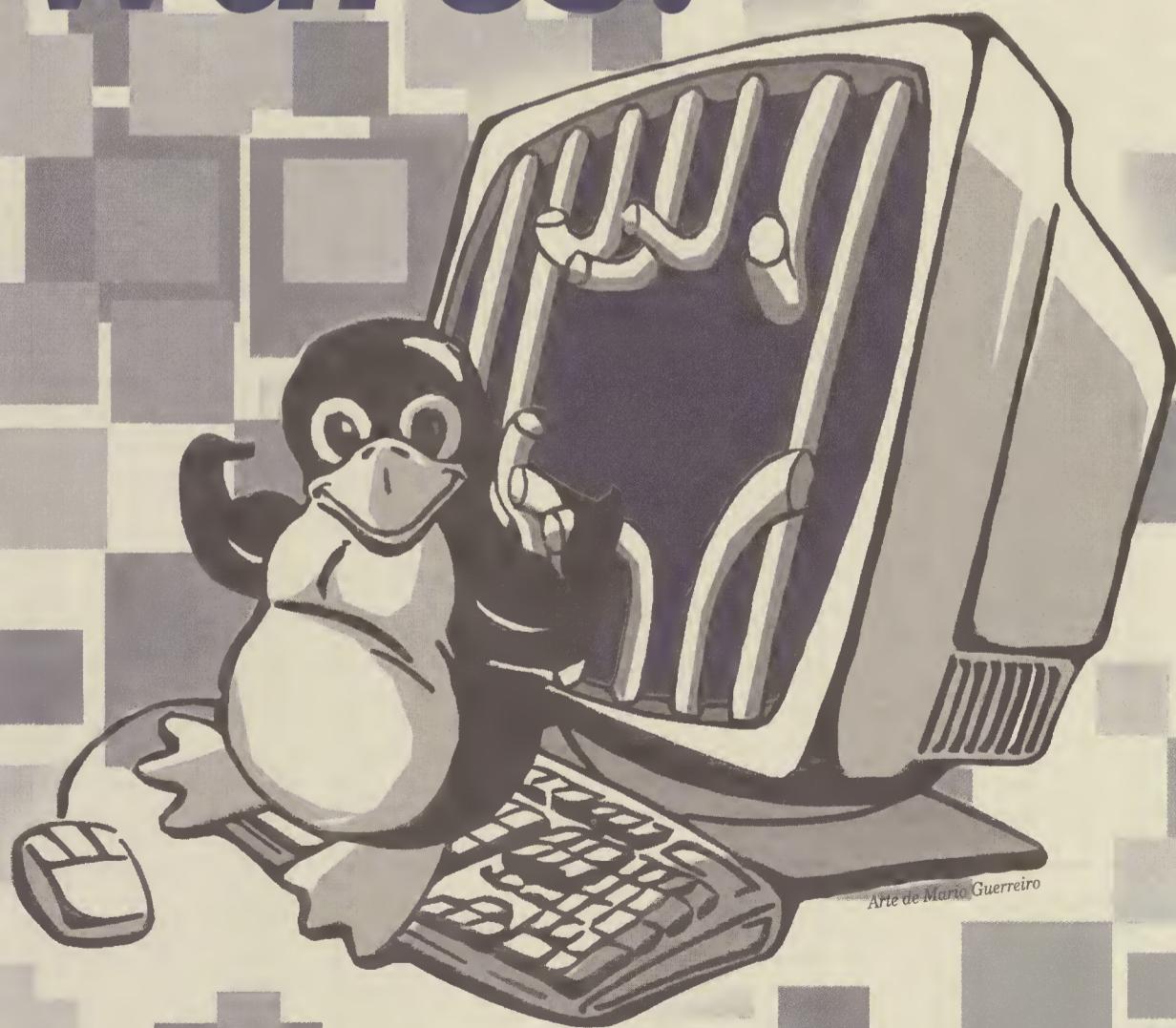
A difícil situação vivida pelos professores universitários colombianos é tema da entrevista com o presidente da Associação Sindical dos Professores Universitários da Colômbia, Pedro Hernández. Ele esteve em Porto Alegre, a convite da Adufrgs, participando de um painel sobre o Plano Colômbia.

Página 12

Mais de duas mil pessoas participaram de 29 a 31 de maio do 2º Fórum Internacional do Software Livre, em Porto Alegre. O maior fórum dessa natureza no mundo marca a capital do Rio Grande do Sul como um oásis do software livre. É aqui que governo do Estado, prefeituras, universidades, empresas privadas e hackers participam de uma experiência de muitos resultados. O principal deles é permitir que as camadas mais pobres da população tenham acesso à informática.

Páginas 6 e 7

Liberdade para os softwares!



Arte de Mário Guerreiro



Jasper Johns / Reprodução Pop Art

O melhor caminho

Na última reunião do setor das universidades federais em Brasília, convocada pela Andes-SN, a diretoria da entidade transferiu para as bases a decisão sobre qual a estratégia de greve deve ser adotada pela categoria: a greve geral dos servidores públicos, uma greve do setor da educação ou uma greve específica dos docentes universitários.

Na nossa avaliação, essa escolha não pode ser feita como quem vai à feira e opta por levar tomates, alfaces, pepinos ou rabanetes para preparar uma salada. É necessária, primeiro, uma avaliação serena e clara da conjuntura, para que possamos decidir com segurança os rumos do movimento. A opção deve ser feita pelo caminho que orienta a luta imediata, mas sem perder de vista a luta maior, que é a transformação social no rumo da construção de uma sociedade mais justa. Nessa perspectiva, em muitas situações, a greve não é o instrumento mais adequado.

Temos que considerar que, neste momento, o governo sofre desgaste com as denúncias de corrupção em toda a sua base de apoio e dá mostras de sua incompetência para gerenciar a Nação, como no caso da energia. Mesmo reconhecendo que se tratava de um "problema anunciado", o governo Fernando Henrique

que não agiu para impedir o agravamento da crise e evitar a situação de guerra que estamos enfrentando, que é como, aliás, deveriam ser tratados todos os problemas que assolam o nosso País.

A greve geral deve e precisa ser construída, mas ela não nascerá do dia para a noite. A dos servidores passa por um problema sério de mobilização das categorias, muitas afetadas por derrotas recentes, que fazem com que a simples manutenção do emprego seja considerada um grande ganho. A greve do setor da educação parece, no momento, uma questão a ser amadurecida e construída, pois este segmento é o que ainda não perdeu a auto-estima e é um dos poucos que o governo ainda não conseguiu destruir com sua sanha neoliberal. A greve dos docentes também deve ser considerada diante da ameaça clara do "emprego público", das poucas contratações prometidas pelo governo no Regime Jurídico Único e a ameaça de precarizar o atendimento nas universidades com a desculpa do racionamento de energia.

Quem sabe não poderíamos ir à feira e comprar tomates, alfaces, pepinos e rabanetes para fazer uma salada completa e, diante das ameaças do governo, continuar mostrando que sem a universidade pública este País não tem futuro?

OBSERVATÓRIO

Direitos Humanos

A transferência dos crimes contra os direitos humanos para a Justiça Federal é pauta de campanha da Secretaria Agrária do PT. Além de um abaixo-assinado, pedindo a tramitação urgente no Congresso de projeto que trata do assunto, foi enviado um ofício ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB/PA) e ao ministro da Justiça, José Gregori, solicitando prioridade para a proposta. O documento destaca a impunidade com relação ao massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido há cinco anos, e coloca como um dos principais motivos a submissão dos juízes aos latifundiários.

Tatuagens ocultas

Outro projeto de lei que tramita na Câmara proíbe a discriminação por uso de tatuagem para ingresso no serviço público. É que alguns editais de concursos públicos, em especial os que regulam o acesso às polícias militares, vêm incluindo cláusulas discriminatórias contra pessoas que usam tatuagens. O autor da proposta, deputado Orlando Fantazzini (PT/SP), ressalta que "a discriminação compromete a objetividade das avaliações e a universalidade de oportunidades". Detalhe: o projeto propõe o fim das restrições para as tatuagens discretas que se ocultam sob as vestes.

Reciclagem

Cerca de 1,5 mil catadores de papel de todo o Brasil se reuniram, de 4 a 6 de junho, em Brasília, durante o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, quando foi eleita a primeira diretoria do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. No encontro, promovido pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, foi discutida também a garantia de prioridade para empresas sociais na execução do processo de reciclagem.

Deficiente não tem vez

A China barra deficientes físicos nas suas universidades, segundo denuncia do jornal *The New York Times*. De acordo com a matéria, os portadores de deficiência são profundamente discriminados e lutam contra o estigma cultural, priva-

dos tanto de empregos quanto de oportunidades educacionais. Apesar de existirem leis severas contra a discriminação no país, elas geralmente são minadas por políticas que permitem às escolas e empresas rejeitarem candidatos que considerem fisicamente inadequados. "Os anúncios de emprego especificam 'jovem, alto e magro' e as escolas enfatizam o 'desenvolvimento moral, intelectual e físico'. Segundo um periódico de Pequim, em cinco anos, as dezenas de Universidades aceitaram juntas apenas 236 estudantes com algum tipo de deficiência.

Lei acoberta

As diretrizes ministeriais do Critério Físico para Matrícula no Ensino Superior Nacional da China, revisto em abril, restringem severamente e especificamente as opções educacionais. Por exemplo: estudantes cujas pernas apresentem uma diferença de comprimento maior que cinco centímetros ou que tenham uma curvatura na coluna de mais de quatro centímetros são vetados para vários cursos, incluindo geologia, ciência marinha, engenharia civil, medicina forense e ciência veterinária. Eles não podem nem mesmo se matricular em cursos curtos como culinária, escultura e arqueologia. As diretrizes vetam a matrícula em ensino, diplomacia, direito ou jornalismo àqueles que não podem andar. O ministério também dá a cada província ampla liberdade na "decisão de aceitar a matrícula" baseada nas "exigências do curso".

Dedo-duro

Após os exames admissionais, as universidades chinesas recebem as fichas dos estudantes que atingiram as notas mínimas exigidas, que contêm uma lista de defeitos físicos. Alguns reitores defendem seu direito de rejeitar tais candidatos, alegando que a reputação das universidades depende das taxas de emprego pós-graduação e que os deficientes têm dificuldades para encontrar emprego.

CONCURSO

Portaria atende apenas 25% da demanda

A contratação de dois mil professores universitários, autorizada pela Portaria 1.075 do Ministério da Educação, não cobre o déficit de recursos humanos nas Instituições Federais de Ensino Superior. Dados da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN) apontam para a necessidade de aproximadamente oito mil novos professores em todo o País. No caso específico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), segundo a pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahorgue, a defasagem é de 400, mas coube à instituição uma cota de 75 vagas.

Através da portaria, assinada em 11 de maio último e publicada no dia 30 do mesmo mês, o MEC define como critérios básicos para as contratações, a relação entre o número de alunos matriculados e o número de docentes ativos, e a disponibilidade orçamentária de cada instituição. Apesar de reconhecer que o número representa apenas um quarto da demanda das universidades federais, o vice-presidente da Andes, Fernando Molinos, considera a decisão do Governo uma vitória para a categoria, já que os novos professores serão contratados pelo Regime Jurídico Único (RJU).

De acordo com Molinos, Governo Federal e sindicatos vinham, há algum tempo, protagonizando uma verdadeira queda-de-braço com relação ao regime de contratação dos docentes substitutos, considerado o nó da questão. "O MEC só aceitava contratar se fosse pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), alegando não poder fazê-lo através do RJU. E agora recuou. Isso é muito positivo para o movimento, mas não significa que a reivindicação será retirada de pauta", ressalta o vice-presidente da Andes.

Mas o "reco" do MEC, assinalado pela autorização de contratações pelo RJU, teria por trás uma "ordem expressa" do presidente Fernando Henrique, interessado em "deixar bem" o ministro Paulo Renato de Souza, um dos mais cotados para candidato à sucessão.

Verbas também são insuficientes

Com vários projetos engavetados, entre eles a aquisição de geradores de energia elétrica, reforma de pré-

dios e implantação de laboratórios, a Ufrgs tem "ganho" apenas o suficiente para a manutenção básica. Apesar da verba referente a Outros Custo e Capital (OCC) de 2001 ter sido 20% maior do que a do ano passado – R\$ 21.463.897,00 – ainda assim não será possível investir em infra-estrutura, garante a pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahorgue.

Segundo ela, a universidade espera um recurso do Ministério de Ciência e Tecnologia – de R\$ 9 a R\$ 15 milhões, distribuídos através de concorrência entre federais – para que volte a pensar em tirar os projetos da gaveta. "Este ano a verba para investimentos foi de R\$ 800 mil, contra R\$ 120 mil no ano passado e R\$ 80 mil em 1999", informa Maria Alice. Ainda assim, segundo ela, não tem sido possível ir além de pagar as contas e pequenos serviços de manutenção, já que a instabilidade nos custos tem sido uma constante nos últimos anos.

A mais nova esperança das universidades públicas brasileiras, o chamado Fundo Verde e Amarelo, na opinião da pró-reitora, já comece a desfazer-se. Criado recentemente com a finalidade de fomentar parcerias em pesquisas entre universidades e empresas privadas, o fundo seria formado pela arrecadação de 1% de toda a remessa de compra e consultoria tecnológica para o exterior. "Os ministros responsáveis não conseguem chegar a um acordo quanto à forma de arrecadar. Com isso, o imposto não tem sido recolhido e os projetos estão parados", denuncia.

Apesar da crise que ameaça as universidades federais, Maria Alice considera a Ufrgs privilegiada, porque conseguiu posição de excelência entre as instituições federais de ensino, ao investir na qualidade. "Somos a segunda do Brasil em pesquisa, perdendo apenas para a UFRJ. Isso tem nos rendido alguns benefícios", diz. Ela acredita que as diferenças entre as universidades públicas brasileiras estejam diretamente ligadas a fatores culturais e históricos.

Maria Alice Lahorgue critica a falta de investimentos nas universidades públicas, enquanto as instituições privadas vêm sendo beneficiadas por verbas do Governo Federal. "É de se espantar. O último programa do BNDES só incluiu universidades privadas", informa.

MEC quer descredenciar cursos

O Ministério da Educação anunciou que vai descredenciar até o fim do ano os cursos universitários que, nas cinco primeiras edições do provão, tiveram notas D e E, as mais baixas do exame. A sexta edição do provão, realizada neste domingo por 280 mil formandos de 20 cursos, teve o maior índice de comparecimento desde a criação do exame: 94%. "O provão se consolidou e está definitivamente incorporado ao sistema universitário brasileiro", disse o ministro Paulo Renato Souza (Educação). Embora o índice de comparecimento tenha sido superior ao de 2000, que foi de 92,54%, ainda houve dezenas de manifestações de estudantes pedindo o boicote ao exame.

Apesar do índice de comparecimento ter sido recorde – no curso de medicina chegou a 99,9%, e nos de farmácia e pedagogia, a 96% – a taxa do boicote só será conhecida em alguns dias. Isso porque vários alunos fizeram a prova, mas, em vez de respondê-la, entregaram o papel em branco, escreveram frases de protesto ou colaram adesivos. O boicote contou com a adesão de alunos de escolas importantes, como USP e Unicamp, mas vem sendo inexpressivo na estatística global do exame. Ano passado, por exemplo, o índice de provas em branco foi de 1,4%. Um dos argumentos dos manifestantes, inclusive da UNE (União Nacional dos Estudantes), é que, em seis anos de provão, nenhuma universidade foi punida por conta do mau desempenho no exame. Para não abalar a credibilidade do provão, o ministério decidiu mudar as regras de descredenciamento dos cursos, que passa a ser automático. Até agora, mesmo cursos reprovados seguidamente no provão precisavam de aprovação do CNE (Conselho Nacional de Educação) para que fossem descredenciados. Com a mudança, o fechamento dos cursos será automático.

Paulo Renato acredita que o novo processo não enfraquecerá o CNE. "Eles (os conselheiros) vão criar as regras do descredenciamento", disse o ministro. O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) deverá funcionar como uma espécie de agência reguladora, responsável pelos descredenciamentos. Os recursos das universidades, contestando as decisões do ministério e do Inep, serão julgadas pelo CNE. O resultado das provas que avaliaram 20 cursos de 3.647 faculdades será divulgado pelo ministério no dia 10 de dezembro. Paulo Renato anunciou que o próximo curso que deverá fazer parte do provão é o de arquitetura. Segundo ele, o ministério vem recebendo pedidos para avaliar novos cursos: "Não vamos conseguir avaliar todo mundo".

Suspensa a autorização de abertura de novos cursos

As autorizações para as faculdades criarem novos cursos de graduação estão suspensas por prazo indefinido. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, assinou na semana passada uma portaria cancelando os processos até que sejam revistos os critérios de autorização. A suspensão ocorreu em razão das suspeitas de facilitação de abertura de cursos superiores que envolvem integrantes do CNE (Conselho Nacional de Educação). Atualmente, o conselho dá a palavra final sobre a abertura e o fechamento de cursos. "Suspendemos para colocar ordem na casa", disse o ministro. Hoje, há seis mil pedidos de novos cursos na fila. Desses, apenas 700 são de cre-

denciamento, ou seja, cursos de universidades que podem ser criados sem pedir autorização ao MEC (Ministério da Educação), mas que precisam passar por processo semelhante depois de criados para que seus diplomas sejam válidos.

Uma comissão está estudando propostas para facilitar o sistema. Além disso, o ministério vai informatizar o recebimento e a análise das propostas. "Até hoje não tínhamos feito isso, mas é necessário até para que não digam que estamos passando um processo na frente de outro", afirmou Paulo Renato. Os que já estão na fila só passarão a ser analisados depois que os novos critérios forem definidos. As mudanças serão discutidas

com o CNE. O Ministério da Educação pretende ter mais poder sobre as faculdades. No CNE, os conselheiros querem discutir os critérios, mas a tendência é dar mais responsabilidade ao MEC. O conselho tem sido responsabilizado pela enorme quantidade de novos cursos e também por não fechar alguns reprovados no provão (Exame Nacional de Cursos). "Basicamente o que temos feito é referendar a análise que vem do MEC, em 98%", diz Éfrem Maranhão, da Câmara de Ensino Superior do CNE. "Se for para tirar esse trabalho de cartório que sobre-carrega o conselho, pode ser bom, mas tem que ser discutido."

O ministro também quer mexer no

processo de recredenciamento de cursos. "Pretendo que todos os cursos que tiveram 50% de avaliações negativas no provão já entrem no processo de recredenciamento, assim como aqueles contra os quais há denúncias." Paulo Renato também propõe que os cursos que tenham ficado entre os piores, inclusive nas visitas das comissões de especialistas, tenham o credenciamento automaticamente suspenso. Hoje, o processo tem de passar pelo CNE. A mudança terminaria com a disputa entre o Conselho e o MEC, que tentou fechar três cursos de Direito que não passaram em avaliações. O CNE não tinha concordado em nenhum dos casos.

DEMOCRACIA

OP sob o olhar do mundo

Representantes da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa estiveram em Porto Alegre debatendo a experiência do Orçamento Participativo (OP). O Seminário Internacional "Orçamento Participativo: A experiência sob o olhar do mundo" reuniu, de 31 de maio a 2 de junho, painelistas dos Estados Unidos, Holanda, Argentina e França, além do Brasil. Também participaram representantes das prefeituras de Córdoba, Caracas e Montevideo, cidades administradas com participação popular. O seminário foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Modernização do Orçamento Participativo criado este ano para aprofundar o caráter democrático do OP. A primeira iniciativa foi viabilizar a participação popular através da Internet.

A prefeitura de Porto Alegre pretende reunir as informações sobre experiências similares à do OP, implementadas em outras cidades do mundo, e recolher sugestões de pesquisadores internacionais. O relatório final do Grupo de Trabalho será entregue ao prefeito Tarso Genro, em julho.

Deserto neoliberal

O pesquisador e professor do Departamento de Sociologia da Ufrgs, NMarcelo Kunrath Silva, um dos convidados do seminário, destacou questões que, segundo ele, precisam ser levadas em conta por todos que estão comprometidos com os processos de democratização da gestão pública. Para Marcelo, "não é viável a expectativa ou o desejo de constituir um oásis de cidadania e democracia em Porto Alegre dentro do deserto neoliberal gerador de autoritarismos e exclusões".

Segundo Marcelo, existe uma tensão que marca o processo do OP. "De um lado, ele se caracteriza por ser um importante instrumento de democratização, ao instituir critérios e canais públicos de acesso à definição das prioridades governamentais. De outro lado, o OP funciona como um instrumento de hierquização das prioridades sociais, estabelecendo uma ordem de atendimento". Isso se deve à "dramática situação sócio-econômica de grande parcela das classes populares, cujas demandas envolvem, em grande medida, direitos básicos", diz ele.

Alguns pontos discutidos pelo Grupo de Trabalho



Cristina Lima

1) O Orçamento Participativo dentro de uma Democracia Participativa

O GT destaca que não é apenas o OP que dá forma à participação popular em Porto Alegre. A forte presença de Conselhos Municipais, Fóruns e Conferências Setoriais, Conselhos Gestores, conselhos e direções de escolas eleitos pela comunidade, Congressos da Cidade e outras inúmeras formas de participação têm marcado o cenário da vida política porto-alegrense. Uma das últimas tentativas de se dar um tratamento conjunto e articulado a essas diversas formas e canais de participação foi a Conferência Municipal sobre Democracia e Gestão do Estado, que aconteceu durante o último Congresso da Cidade, realizado em 26, 27 e 28 de maio.

2) OP como produto histórico

O modo de funcionamento do OP não surgiu de uma fórmula aplicada de uma hora para outra. Ele se constituiu (ou instituiu) na sociedade e no governo ao longo de 12 anos em um processo feito a muitas mãos e, principalmente, pelo mecanismo de auto-regulamentação, através do qual, a cada ano, os delegados e conselheiros repensam as regras de funcionamento.

3) Solidariedade versus Competição

Em diversos momentos, salienta o GT, o que era uma cultura de solidariedade transforma-se em competição. Afinal de contas, quando se tenta implantar uma nova microrregião, existe uma resistência, porque é um novo grupo a disputar os mesmos recursos.

4) Linguagem acessível versus Conteúdo

A experiência já demonstrou que qualquer pessoa pode fazer parte do debate sobre o Orçamento Público. Isto só depende de como as questões são colocadas. No entanto, para a comissão, existem conceitos envolvidos

que não podem ser sacrificados em nome da popularização. Por isso, os materiais de trabalho produzidos não têm tido uma suficiente acessibilidade. Uma das soluções adotadas na página da Internet foi a adoção de um glossário.

5) Auto-organização versus Dependência do Governo

A organização do processo ainda é muito dependente da iniciativa do governo. Um exemplo disso, é a experiência do OP estadual, que foi proibido de utilizar a máquina pública nas discussões. Como resposta, o movimento social organizado é que tem dado sustentação aos debates, modificando muitas vezes a importância das demandas e dos Fóruns do OP.

6) Universalidade versus Diversidade

A inclusão das Plenárias Temáticas, uma das últimas grandes modificações no Regimento do OP, favoreceu a entrada de grupos com demandas específicas, como o Movimento das Pessoas Portadoras de Deficiências e o Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Mas existem inúmeros segmentos da sociedade (como os idosos, a juventude, as mulheres, as minorias étnicas, etc) que não tiveram ainda suas prioridades pautadas. A possibilidade de se desenvolver políticas desde pontos-de-vista específicos, também ampliará a aproximação entre classe média e baixa nas discussões.

7) Vanguarda que se apropria do processo versus Popularização da Experiência

Na medida em que as regras do OP vão se aprimorando e ficando cada vez mais complexas, isto dificulta a entrada de novos integrantes ao processo. Atualmente, o Regimento Interno, com as regras e critérios, formam um caderno com 60 páginas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICA / MESES	JAN	
RECEITAS	94.059,83	
RECEITAS CORRENTES	70.681,05	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.681,05	
RECEITA C/VENDA DE MATERIAIS	0,00	
RECEITAS PATRIMONIAIS	19.827,88	
RECEITAS FINANCEIRAS	19.827,88	
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	0,00	
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	
OUTRAS RECEITAS	3.774,90	
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	3.626,90	
OUTRAS RECEITAS	150,00	
DESPESAS	94.541,53	
DESPESAS CORRENTES	94.541,53	
DESPESAS COM CUSTEIO	29.179,52	
DESPESAS COM PESSOAL	14.966,28	
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.641,29	
DESPESAS DE EXPEDIENTE	4.197,15	
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÓNUS DIVERSOS	1.539,77	
DESPESAS LEGAIS	338,86	
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	606,53	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.192,46	
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	473,48	
ENCARGOS FINANCEIROS	20,48	
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	46.527,52	
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	
DESPESAS COM VIAGENS	15.505,85	
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	565,84	
DESPESAS COM ATIVIDADES CULTURAL-ASSOCIATIVA	1.591,23	
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	9.461,80	
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	18.834,49	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.330,66	
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	9.503,84	
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.958,80	
PROVISÓRIAS P/ENCARGOS C/PESSOAL	7.958,80	
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(487,70)	
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	(487,70)	
RUBENS C. V. WEYNE	NINO H. FERREIRA DA SILVA	
PRESIDENTE	CONTADOR - CRCRS Nº.14416	
SALDO PATRIMONIAL	1.892.123,02	
ATIVO LÍQUIDO REAL	808.860,40	
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.283.172,62	

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICA / MESES	FEV	ACUMULADO
RECEITAS	86.246,81	180.309,64
RECEITAS CORRENTES	70.883,07	141.834,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.883,07	141.834,12
RECEITA C/VENDA DE MATERIAIS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	15.363,74	34.981,62
RECEITAS FINANCEIRAS	15.363,74	34.981,62
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	3.774,90
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	3.624,90
OUTRAS RECEITAS	0,00	150,00
DESPESAS	78.834,19	173.175,72
DESPESAS CORRENTES	78.834,19	173.175,72
DESPESAS COM CUSTEIO	22.059,65	51.239,17
DESPESAS COM PESSOAL	7.347,47	22.313,75
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.811,46	12.452,85
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.475,30	10.872,54
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÓNUS DIVERSOS	355,96	1.805,73
DESPESAS LEGAIS	0,00	329,96
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	50,00	656,53
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.192,48	2.384,96
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	22,00	497,48
ENCARGOS FINANCEIROS	4,88	25,37
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	37.877,48	84.205,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	3.427,00	3.427,00
DESPESAS COM VIAGENS	13.711,00	29.216,95
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	665,84	665,84
DESPESAS COM ATIVIDADES CULTURAL-ASSOCIATIVA	900,43	2.300,87
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	19.478,64	38.170,77
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	9.461,80	18.922,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.897,06	37.731,55
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.381,26	30.711,91
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.515,80	7.019,84
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	7.124,82	7.124,82
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	7.124,82	7.124,82
RUBENS C. V. WEYNE	NINO H. FERREIRA DA SILVA	
PRESIDENTE	CONTADOR - CRCRS Nº.14416	
SALDO PATRIMONIAL	1.892.123,02	
ATIVO LÍQUIDO REAL	808.860,40	
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.283.172,62	

SERVIDORES

GDAE é ameaça de rebaixamento salarial



Mais de 500 funcionários da Ufrgs decidiram em assembleia, no restaurante universitário do centro, dia 8 de junho, participar da construção da greve nacional dos servidores públicos federais. Uma das ações é o engajamento na organização da greve marcada pela Fasubra indicativamente para o dia 19. Eles também farão uma carta-padrão explicando a parlamentares de todo o Brasil sua contrariedade à MP 2150-39, que substitui a GAE (Gratificação por Atividade Executiva) pela GDAE (Gratificação de Desempenho de Atividade de Técnico Administrativo Educacional). Decidiram, ainda, a forma de participação na Marcha Sobre Brasília, no próximo dia 27. Há sete anos sem salários, os funcionários públicos federais calculam em 75,48% a defasagem salarial.

No lugar do aumento salarial, os trabalhadores receberam a MP do governo federal. Publicada dia 1º de junho no Diário Oficial, ela substitui a gratificação fixa GAE pela GDAE, que é variável a uma avaliação de desempenho ainda sem definição. Sem reajuste há sete anos, os servidores se sentem apunhalados com a notícia. Na avaliação da coordenação da campanha salarial, trata-se

de uma forma de congelar ainda mais os salários e, até mesmo, diminuí-los. "Não se sabe quem vai avaliar nosso desempenho. É possível que seja o superior imediato, e isso pode causar, além de constrangimento, uma série de dificuldades para o desempenho das funções", explica o coordenador geral da Assufgrs, José Luís Rockenbach. Na opinião dele, com a MP, o governo quer desencadear uma "caça às bruxas". Como o servidor técnico-administrativo não trata de atividades fins, mas atividades meio, ele fica "à mercê da chefia". Se for o chefe quem vai avaliar o desempenho, isso pode trazer muito mais poder para as chefias, que poderão, inclusive, usá-lo em benefício próprio. Por isso, Rockenbach diz que a intenção da medida é colocar uns funcionários contra os outros.

Retorno de GDAE

A GAE era uma gratificação de 160% sobre o salário. A GDAE será de 0% a 200%, de acordo com o desempenho. Um dos maiores problemas é que, caso o trabalhador tenha uma avaliação menor, poderá ter seu salário diminuído. E mais: talvez tenha até que devolver a diferença recebida, se ficar com pontuação menor a 160%. Uma outra questão é que, para es-

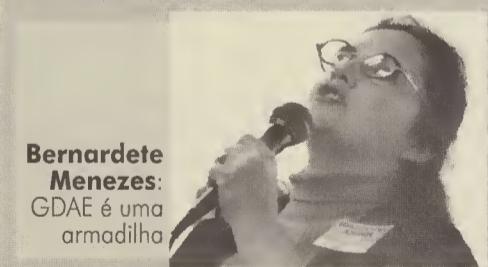
tabelecer o quanto os funcionários receberão, haverá uma pontuação, de 0 a 100. Em conjunto, no entanto, 100% dos funcionários não poderão ultrapassar uma média de 90 pontos conquistados. É nessa regra que se esconde o perigo de rebaixar salários. Significa que se nove trabalhadores receberem 100 pontos farão um a receber 10 pontos, ou seja: apenas 20% da gratificação.

Os aposentados também entraram na mira do governo. No caso deles, a GAE foi extinta, mas em seu lugar não entra a GDAE. Como eles não podem ser avaliados, por não estarem trabalhando, passarão a receber uma Vantagem Pessoal. Coordenadora de imprensa da Assufgrs, Adriana Ramos alerta os quatro mil associados da entidade (incluindo os aposentados): "Não se iludem. Isso significa congelamento de salário, porque a vantagem pessoal diminui à medida que o salário aumentar", falou Adriana. A MP altera 13 categorias de servidores, mas apenas os funcionários das universidades perdem a GAE. "O governo federal quer sucatear a universidade, diminuir a mobilização, colocando-os uns contra os outros", diz Adriana. Ela lembra que os trabalhadores não se opõem a avaliações, mas são contra os métodos e os objetivos.

Contracheque traz leve aumento

A armadilha do governo será dar uma migalha de aumento em três meses aos servidores. Como ainda não está acertada a forma de avaliação, os próximos contracheques virão com a GDAE dando 160% para todos os trabalhadores. A coordenadora de administração da entidade, Bernardete Menezes, alerta. É possível que o governo dê pequenos aumentos na gratificação para que os trabalhadores se iludam de que trocar a GAE por GDAE trate-se de um bom negócio. "Tudo isso servirá para tentar nos desmobilizar, colocar uns contra os outros. Por isso não podemos dar trégua", fala. Também há mudanças na própria tabela de salários, reorganizada e com pequenas alterações. O governo tenta dividir os trabalhadores dando aumentos desiguais para classes desiguais. A especial levará 23%, a média 8% e a auxiliar 6%.

A Adufrgs participou da assembleia, representada pelo presidente Rubens Weyne e pelo diretor Félix Gonzalez. Os funcionários saudaram a aproximação entre as duas categorias e salientaram a necessidade de união para a defesa não só dos salários, mas da universidade pública. Weyne explicou que os professores estavam na assembleia em solidariedade aos trabalhadores e para entender o "quão perversa" é a nova medida do governo. "Ela indiretamente nos atinge também porque o que atinge os técnicos chega até nós", explicou. O sindicalista lembrou que este tipo de ação do governo iniciou exatamente com os professores, no que se refere à Gratificação de Estímulo à Docência (GED). "A avaliação destruiu a relação dos professores com a universidade", disse Weyne. Outro ponto importante para os professores é o fato de que o que acontece hoje com a GAE pode acontecer no futuro com a GED. Além dos funcionários de Porto Alegre, estiveram presentes servidores de Pelotas, Santa Maria, e estudantes da Ufrgs.



Bernardete Menezes:
GDAE é uma armadilha

Brasília terá nova marcha dos cem mil

A oposição quer intensificar a mobilização popular pela ética na política e contra o apagão. Essa é a principal estratégia de preparação da Marcha a Brasília, dia 27. A Adufrgs e Assufgrs participam do protesto, que conta com o apoio de entidades da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as centrais sindicais. O PT também está iniciando a coleta de assinaturas da população para um pedido de CPI da Corrupção que deverá ser entregue no dia da marcha. O prefeito de Recife (PE), João Paulo (PT), diz que o movimento pretende dar voz "à indignação que constatamos nas ruas e recolher milhares de assinaturas em todo o País". Para divulgar a

marcha, o PT pernambucano está utilizando parte de seu horário eleitoral gratuito em nível estadual. Dia 21, começa a campanha na tevê em nível nacional.

Preparando a marcha, os líderes de oposição no Congresso reuniram-se no final de maio com o Fórum Nacional de Lutas para discutir a mobilização popular. O fórum foi responsável pela organização da Marcha dos Cem Mil, realizada em 26 de agosto de 1999, mesmo número de participantes que se espera neste dia 27. O que a oposição pretende é um grande fato político para marcar a retomada das pressões até instalar a CPI da Corrupção. A alternativa é chamar o povo à responsabilidade. É com o apoio popular que se poderá

remover a intransigência da base aliada do governo, conforme acredita o Walter Pinheiro (BA), deputado federal líder do PT. Ele lembra que o ato deverá ter a participação dos presidentes e lideranças de todos os partidos de oposição.

Além da lista com assinaturas da população, os oposicionistas continuarão a passar a lista no Congresso para a "CPI do Senado". Também solicitarão a instalação da CPI do vazamento de informações privilegiadas no caso Marka/FonteCindam, que está protocolada, além de denunciar "a crise de desgoverno" no Brasil. Tudo isso para engrossar o caldo do protesto do dia 27, o que se espera ser o maior desde agosto de 1999 no Brasil.

INFORMÁTICA

No oásis do software livre

Considerado um oásis dos programas não-proprietários
pelos maiores autoridades no assunto, o Rio Grande do Sul promove, pelo segundo ano consecutivo, o Fórum Internacional de Software Livre. No encontro, hackers, empresários, cientistas e outros profissionais defenderam a democratização dos benefícios da informática, através da socialização do desenvolvimento tecnológico.

Textos Jéferson Assumção
Ilustração: Mario Guerreiro

ORIO GRANDE DO SUL é a capital mundial dos softwares livres. Há alguns meses, terminais de computadores de hackers, empresários, cientistas e profissionais de informática de todo o planeta estão apontados para uma revolução tecnológica que ocorre no Pampa. Eles acompanham a velocidade com que bits e redes se espalham pelo campo afora e adentram repartições públicas, empresas, universidades: a vida dos gaúchos. É o resultado de uma forte política de democratização dos benefícios da informática, que socializa as conquistas do desenvolvimento tecnológico. E o resultado não são apenas as reduções nos custos com a informatização da vida pública no Estado: o Rio Grande do Sul está no centro de um mapa onde até então figuravam quase somente nomes de cidades em inglês.

Do ponto de vista da economia de recursos públicos, há um ganho evidente. O Estado está gastando cada vez menos dinheiro na atualização de softwares. Desde que definiu sua opção pelos livres, vem substituindo os programas que antes utilizavam sistemas operacionais fechados por estes novos, mais baratos e melhores. Só em licenças de Office (pacote de programas da Microsoft), por exemplo, a Companhia Rio-grandense de Processamento de Dados (Procergs) já economizou cerca de R\$ 3 milhões. Em 1998, foram gastos R\$ 3 milhões nessas licenças. Em 1999, o número baixou para R\$ 1,5 milhão.

Em 2000, para apenas R\$ 300 mil e, em

2001, R\$ 80 mil. O vice-presidente da Procergs, Marcelo Branco, lembra que um resultado como este não é obtido espontaneamente. "Decorre de uma iniciativa do governo do Estado de se colocar publicamente a favor dos softwares livres, disponibilizando Procergs, Banrisul, Sedai", explica.

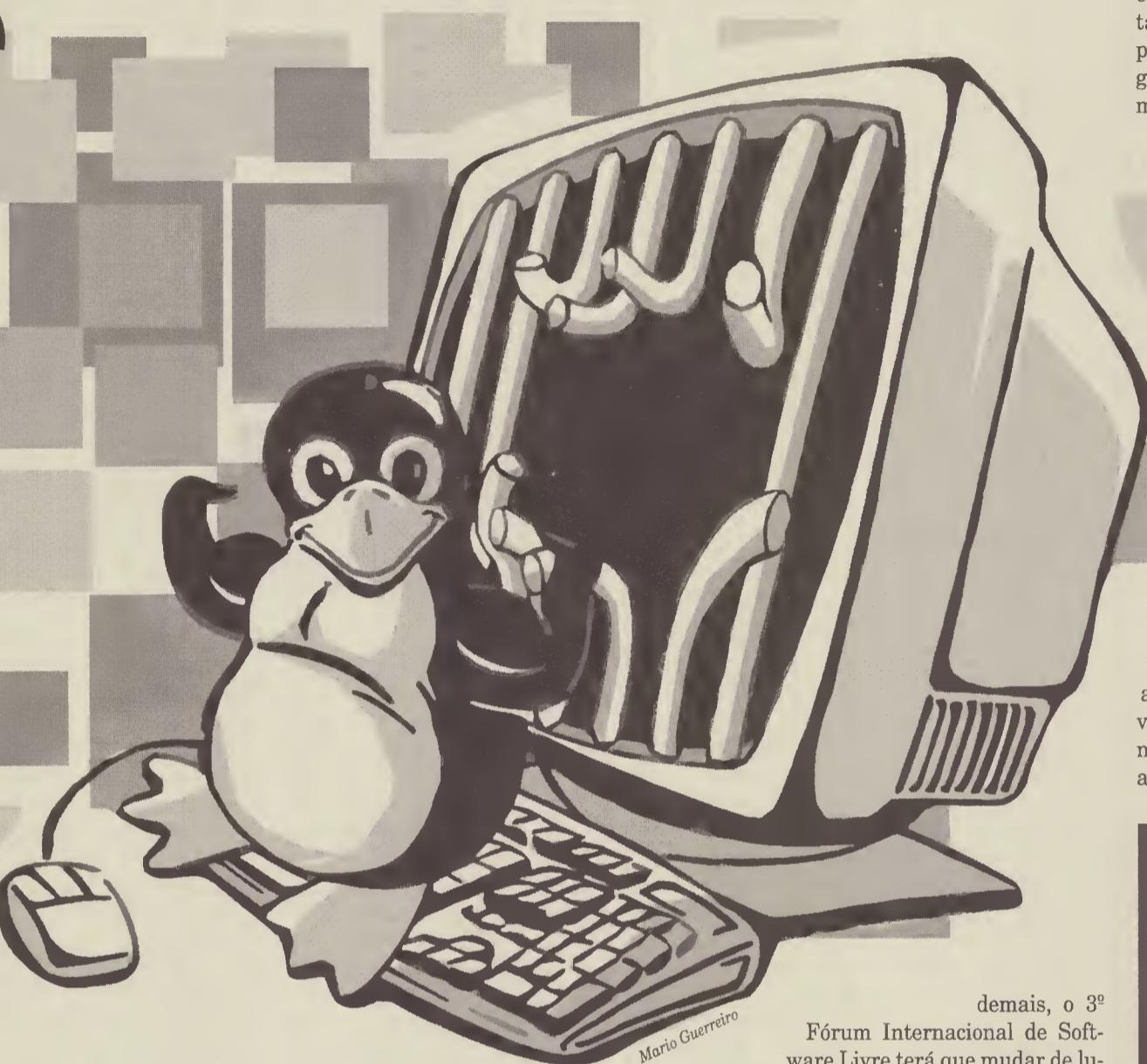
Outras iniciativas têm empurrado o Estado para uma posição ainda mais de vanguarda no horizonte tecnológico do País. Estão sendo instaladas as primeiras máquinas da Rede Escolar Livre que até o final de 2002 irá informatizar duas mil escolas públicas do Rio Grande do Sul, com 60 mil computadores ligados à Internet. Os softwares são livres, é claro, e com o projeto o governo estadual pretende economizar cerca de R\$ 40 milhões. Uma soma considerável que deixará de entrar na conta bancária de Bill Gates.

Como motor de Fusca

Como uma solução para correio eletrônico, a Procergs desenvolveu o software livre "Direto", economia para o erário público em, pelo menos, R\$ 20 milhões. O Direto também faz agenciamento e controle de catálogos, como seus similares do mercado. "Só que é mais moderno, melhor, mais barato. E nosso", comemorou. Primeiro do Brasil com estas características, o Direto foi desenvolvido ao longo de dois anos de pesquisas. Pronto, é uma possibilidade real de empresas economizarem milhares de dólares com licenças.

Outra medida neste sentido é o projeto Geoprocessamento Livre, que disponibilizará pela Internet o mapa do Estado geoprocessado. Ele poderá ser utilizado sem ônus em estudos de pontos de captação de água, relatórios do Orçamento Participativo e o acompanhamento de projetos estratégicos, o que antes saía caro. E não é só na esfera pública. O Projeto Software Livre RS reúne esforços de origens distintas: administração pública, iniciativa privada, universidades e outras instituições. Em cerca de um ano de trabalhos, já existem soluções no Rio Grande do Sul em praticamente todas as esferas: governo, universidade e empresas.

A produção de livres no Rio Grande do Sul é a maior do Brasil. Na Universidade do Vale do Taquari (Univates), foi criado recentemente o Sistema Aberto de Gestão Universitária (Sagu), especial para gestão universitária. Com ele, é possível acompanhar toda a vida acadêmica de um estudante, desde sua matrícula, passando pelo currículo que ele vem desenvolvendo, até a formatura. Bastante procurado por diversas universidades do Brasil inteiro, o Sagu será utilizado na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). No Estado, praticamente todas as universidades já aderiram aos soft-



Mario Guerreiro

wares livres e integram iniciativas do governo de desenvolver novos programas. Atualmente a Feevale está trabalhando em um programa de Educação a Distância. A Unisinos também está envolvida em desenvolver softwares livres, da mesma forma que a PUC e a Ulbra, cuja maioria dos laboratórios trocou de base proprietária para livre.

Outra medida neste sentido é o projeto Geoprocessamento Livre, que disponibilizará pela Internet o mapa do Estado geoprocessado. Ele poderá ser utilizado sem ônus em estudos de pontos de captação de água, relatórios do Orçamento Participativo e o acompanhamento de projetos estratégicos, o que antes saía caro. E não é só na esfera pública. O Projeto Software Livre RS reúne esforços de origens distintas: administração pública, iniciativa privada, universidades e outras instituições. Em cerca de um ano de trabalhos, já existem soluções no Rio Grande do Sul em praticamente todas as esferas: governo, universidade e empresas.

A produção de livres no Rio Grande do Sul é a maior do Brasil. Na Universidade do Vale do Taquari (Univates), foi criado recentemente o Sistema Aberto de Gestão Universitária (Sagu), especial para gestão universitária. Com ele, é possível acompanhar toda a vida acadêmica de um estudante, desde sua matrícula, passando pelo currículo que ele vem desenvolvendo, até a formatura. Bastante procurado por diversas universidades do Brasil inteiro, o Sagu será utilizado na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). No Estado, praticamente todas as universidades já aderiram aos soft-

São programas de computador que seguem a Licença Pública Geral (GPL), publicada pela Free Software Foundation. Um programa é considerado livre quando a licença lhe permite, entre outras coisas, ser executado com qualquer propósito, modificado e adaptado às necessidades, ser redistribuído em cópias, tanto gratuitas quanto com taxas, e distribuído em versões modificadas, de forma que a comunidade possa beneficiar-se com as suas melhorias. Livre, no entanto, não quer dizer gratuito. Ele é livre no sentido de que se contrapõe à ideia dos softwares proprietários em que o código-fonte é fechado, não podendo ser modificado. Com a venda de cópias, em CD ROM, a Free Software Foundation obtém fundos para o desenvolvimento de software livre.

O maior fórum de livres do mundo

Um reflexo desta revolução gaúcha é o tamanho do Fórum Internacional de Software Livre. A segunda edição do evento foi realizada 29 a 31 de maio no salão de atos da Ufrgs e, se foi um sucesso maior que o primeiro, já é considerado menor que o próximo. Por ter crescido

Alternativas a Bill Gates

"O Rio Grande do Sul é um oásis do software livre". Quem voltou a dar a deferência ao Estado foi uma das autoridades mundiais no assunto. Durante o Fórum de Software Livre, o estadunidense Timothy Ney palestrou para um auditório lotado de pessoas interessadas nesta porta de entrada para os países pobres ao mundo da tecnologia. É via software livre que governos como o do Rio Grande do Sul estão levando a informática a um maior número de pessoas com custos bastante reduzidos. Por isso, fora do País, disse Ney, a experiência de Porto Alegre é bastante valorizada e lembrada em diferentes encontros.

Em sua palestra, Timothy Ney apresentou a General Public License (GPL), a licença dos softwares livres. Fez, também, um histórico das pesquisas iniciadas ainda na década de 1960. Desde lá, uma série de movimentos foi realizada no sentido de "livrar" os softwares dos proprietários. Em 2001, praticamente não há limites para o que se possa fazer com este tipo de programas, sem interferência das grandes empresas do setor. Mais de duas mil pessoas ouviram a palestra de Ney, lenta e didática. "É proibido proibir", uma das frases escritas

nos muros de Paris durante o maio de 68, atribuída por Ney a Caetano Veloso, foi usada para dizer que os softwares livres cumprim um papel libertário para os países do terceiro mundo, ao dar-lhes acesso à tecnologia de ponta. Entre as autoridades presentes, estiveram o governador Olívio Dutra,



Lotado: O Salão de Atos da Ufrgs foi pequeno para acolher os 2 mil participantes do 2º Fórum Internacional de Software Livre. No detalhe, uma das estrelas do encontro: o estadunidense Timothy Ney, diretor da Free Software Foundation.

Com a colaboração de muitas mãos

Uma comunidade de software livres interessante. Os grupos de hackers do Rio Grande do Sul acabaram recebendo no tripé governo-iniciativa privada-universidade, como as demais comunidades de hackers da Dinamarca e muitos outros países, por exemplo", explica Marcelo Branco.

Ele lembra que, diferente do que acontece com os softwares comerciais, no mundo dos softwares livres não há disputa. Os programas são feitos com a colaboração de muitas mãos. "Quando tem um programa bom, a comunidade se joga no melhor e abandona o menos desenvolvido. É com a participação dos usuários que se vão desenvolvendo as novas ferramentas. É o sucesso desse trabalho que está dando um susto no Bill Gates".

Do meio deste ambiente de solidariedade entre programadores livres dos mais distantes cantos do planeta, surgem os programas livres de royalties para as grandes empresas. Trata-se do princípio do copyleft, tecnicamente com a palavra inglesa copyright. Entre outras coisas, "right" significa direita e "left" esquerda, uma pequena provocação. Saído do mundo do software livre, o conceito de copyleft tem se espalhado para outras instâncias da vida comum e já adenra a imprensa independente e outras iniciativas de compartilhamento do conhecimento. No lugar dos direitos autorais reservados às grandes empresas (copyright), entra a ideia central do copyleft: "todos os direitos compartilhados".

GLOBALIZAÇÃO

Já estamos longe do que os ideólogos da área financeira chamavam de "pouso suave". E já se ouvem os primeiros estalidos de uma grave crise econômica. Com consequências infinitamente mais sérias que as da crise tailandesa, de 1997, ou da Rússia, de 1998

Como se chega a um crack



Frédéric F. Clairmont*

A maior bebedeira de toda a história dos ciclos econômicos norte-americanos chega à hora da ressaca. A "economia-milagre", comemorada há algum tempo pelo New York Times, está em dificuldades. E com razão. Pois foi, fundamentalmente, a afluência de capitais estrangeiros que serviu de motor à economia norte-americana nos últimos nove anos. Prova disso é o índice de crescimento do mercado de capitais, que atingiu cifras que passaram de 81%, em 1994, para 184%, em 1999, e que superava em 84% o Produto Interno Bruto (PIB). Uma rapidez de acumulação ainda maior que aquela que ocorreu entre 1925 e 1929. Mas essa bolha financeira começa a estourar.

Já estamos longe daquilo que os ideólogos da área financeira chamavam de "pouso suave", ou uma "correção". E já se ouvem os primeiros estalidos da mais grave crise econômica desde o final da II Guerra Mundial. E suas consequências poderiam ser infinitamente mais sérias que as do crack tailandês, de julho de 1997, ou as da suspensão de pagamentos por parte da Rússia, em agosto de 1998. Chega-se aos limites de um sistema financeiro internacional sem fé nem lei.

Os efeitos da desaceleração do crescimento

Tal como um imenso cassino com regras marotadas, esse sistema não tem e nunca teve por objetivo "a melhor das aplicações dos recursos", como apregoam os patrióticos legalistas que o criaram. O que ele tem por vocação é o enriquecimento de uma minoria de acionistas das empresas transnacionais que dominam a economia mundial.

Somente no Terceiro Mundo, a dívida externa passou de 1,4 trilhões de dólares, em 1992, para 2,1 trilhões de dólares no final do ano 2000, enquanto o pagamento dos juros passou de 167 bilhões para 343 bilhões de dólares. Os países devedores já pagaram várias vezes o valor dos empréstimos feitos. E aqueles que não são exportadores de petróleo sofrem hoje brutalmente os efeitos da desaceleração do crescimento norte-americano.

Reação em cadeia

Nos Estados Unidos, a indústria começa a enfrentar a super-produção. Os valores das novas tecnologias, venerados por Wall Street e que representam 60% da capitalização em Bolsas, caem. O índice Nasdaq (Nasdaq Composite Index), um dos barômetros-chave daquilo que se chamou a "nova economia", caiu mais de 50% desde 10 de março de 2000. Embora isso constitua, e de longe, o pior ano de sua história, o índice Nasdaq ainda não chegou ao fundo do poço. Seu equivalente britânico, o Techmark 100, caiu 57%, e o Nemax alemão, 67% no mesmo período. Essas regressões em série refletem a diminuição do crescimento e o pessimismo dos grandes investidores. E é difícil distinguir o que poderia pôr fim a essa espiral descendente.

Todos os indicadores da economia norte-americana apontam para o vermelho: os mercados de capitais entram em colapso, as importações caem, a confiança dos consumidores recua – assim como o próprio consumo. A construção caiu a seu nível mais baixo em cinco anos. O crédito, que tinha passado por uma explosão formidável, também tende a se contrair. A realidade é que os investidores resmungam contra os valores industriais de alto risco, os mercados de ações ordinárias se pulverizam e o balanço dos bancos comerciais se deteriora rapidamente, assim como a qualidade de seus ativos financeiros.

O terremoto no setor bancário

O fato é que o boom norte-americano e a potência do dólar cresceram à sombra do endividamento, o que é precário, por definição. Um dia, a dívida seria paga, e com juros acumulados. A menos que não fosse paga... E ocorre que a escalada de créditos não-pagos, a partir de meados da década de 60, dá uma imagem espantosa das mutações do capitalismo financeiro. De acordo com os números do Federal Reserve Bank (o Fed, Banco Central norte-americano), o montante desses créditos não pagos passou de 1,027 bilhão de dólares, em 1964, para 25,678 bilhões em 1999. Ou seja, um aumento médio de 9,6% ao ano, superando

facilmente a taxa do PIB. Com a diminuição do crescimento da economia, essa diferença aumentará ainda mais. Para acertar os débitos atrasados seria necessário o triplo do atual PIB.

A situação financeira das empresas também não é das mais brilhantes. Seu endividamento ultrapassava os sete trilhões de dólares em 1999, ou seja, 144 vezes mais que em 1964! Um endividamento que serviu para financiar uma quantidade de processos de fusão, principalmente no setor bancário. Entre 1980 e 1998, esse setor passou por uma das maiores mudanças estruturais de toda a história econômica dos Estados Unidos: oito mil fusões e aquisições de empresas, durante as quais mais de dois bilhões de dólares de ativos trocaram de mãos.

Pagando compras com dívidas

Também na cena doméstica, o endividamento aumentou, contribuindo para a diminuição do crescimento. Os empréstimos representam hoje 34% do rendimento de particulares. Consequentemente, a taxa de poupança,¹ que em 1990 era de 8%, passou para 0,8% em 1999. Ou seja, as famílias precisam

de mais dinheiro emprestado do que aquele que conseguem poupar. Endividam-se pesadamente, quase sempre hipotecando suas casas, ou apartamentos, para garantir as despesas comuns de consumo – que atualmente ultrapassam os rendimentos, em termos de salário disponível, em cerca de 247 bilhões de dólares.

Um outro elemento-chave é o aumento exponencial do déficit das contas correntes. O que vem a ser o balanço das operações comerciais de bens, serviços e pagamentos em conta corrente. A partir de 1992, esse déficit aumentou de maneira espetacular, chegando a 420 bilhões de dólares no final de 2000, ou seja, mais de 4% do PIB. Em termos de volume, as importações superaram as exportações em 35%. E isso continua. É bom lembrar que, até 1981, os Estados Unidos eram um país mundialmente credor. Como o boom destes últimos anos se apoiou no endividamento, o empurrão da demanda interna foi atendido por meio de um volume de importações cada vez mais elevado. Em outras palavras, enquanto mandam imprimir mais dinheiro, os Estados Unidos pagam suas compras através de reconhecimentos de dívidas – um privilégio imperial de que não goza qualquer outra nação.

A crise na siderurgia

São poucas as esperanças de reduzir o déficit comercial nos próximos meses: o crescimento cai por todo o lado, a indústria mundial não desenvolve senão 66% de sua capacidade (índice mais baixo dos últimos dez anos) e supervalorização do dólar prejudica a competitividade norte-americana. A siderurgia reflete todas estas tendências. Os produtores de aço estavam



entusiasmados até meados da década, mas a conjuntura mudou radicalmente: acumulação de estoque encalhado, colapso no faturamento e queda de preços, agravada por uma concorrência encarniçada. Entre os onze maiores produtores mundiais de aço, a produtividade da siderurgia norte-americana é a mais baixa.

Uma outra consequência da crise: a intensificação da guerra comercial. As autoridades norte-americanas reclamam, mais uma vez, que a sua siderurgia vem sendo vítima de importações a preço de *dumping*, o que provocaria o fechamento de fábricas e o desemprego. Mas a União Européia acusa os Estados Unidos – e não sem razão – de violarem as regras do livre-comércio, impondo restrições a determinadas importações. Por essa mesma razão, a Coréia do Sul encaminhou um protesto junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). A siderurgia é um exemplo perfeito da incapacidade, por parte do capitalismo norte-americano, de enfrentar a força real da concorrência mundial, apesar dos bilhões de dólares de subsídios às exportações.

A dependência do capital estrangeiro

Viciado impenitente, o capitalismo norte-americano tornou-se “dependente” do endividamento: a doença das dívidas faz essa economia necessitar de injeções avaliadas entre 400 e 500 bilhões de dólares por ano para se manter viva. Se o Tesouro, apoiado por toda a casta política, insiste no dogma de perpetuar um “dólar forte”, é com o objetivo de atrair capitais estrangeiros, cada vez mais indispensáveis. O próprio Fed (Banco Central) reconhece que a diferença entre as taxas de lucro dos mercados europeu e norte-americano é um dos principais motores de acumulação nos Estados Unidos, pois isso leva os capitalistas estrangeiros a aumentarem seus investimentos. É desse processo que resulta a imensa onda de fusões, aquisições, tomadas de controle – avaliadas em bilhões e bilhões de dólares.

Atualmente, os Estados Unidos abocanham 80% da poupança mundial. Segundo o Departamento de Comércio, o ritmo anual de investimentos estrangeiros no primeiro trimestre de 1999 foi duas vezes e meia superior àquele correspondente ao mesmo período para o ano de 1995. Seria possível imaginar que a cotação da moeda não cairia enquanto os patrocinadores estrangeiros detiverem em mãos quantidades crescentes de dólares. Mas o colapso acelerado dos mercados de capitais parece desmentir essa frágil hipótese. Foi o *boom* financeiro que atraiu esses fundos para os Estados Unidos: uma conjuntura desfavorável os levaria a debandarem num piscar de olhos.

A instabilidade do dólar

A economia norte-americana atingiu um ponto-limite na apropriação da poupança mundial. E a própria expansão destes últimos nove anos também corre o risco de ir para o espaço. Num futuro previsível, a flutuação da balança comercial continuará a agravar a instabilidade endêmica do dólar. As gigantescas dívidas dos Estados Unidos não cessarão de crescer, resistindo às terapias ortodoxas da política monetária.

O fenômeno do endividamento maciço não é exclusivo dos Estados Unidos. Mas, com 30% do PIB mundial, sua economia ocupa uma posição estratégica. Detém todos os postos de comando para os

movimentos de capitais, mercados financeiros e comércio mundial. A ameaça de um crack norte-americano poderia, portanto, ter repercussões devastadoras sobre a economia mundial. Não se trata de saber se a dívida norte-americana será ou não saldada, e de que forma o será. Ao contrário do que Keynes acreditava, após o tratado de Versalhes, o pagamento ou não de uma dívida não depende das qualidades dos dirigentes políticos.

A contestação das instituições

O governo e o grande capital norte-americano não têm a vontade, nem os meios, de quitar a sua dívida. O mesmo raciocínio é válido para os países do Terceiro Mundo. É perfeitamente possível que parcelas substanciais dessa dívida – a dos norte-americanos e a dos outros – venham a ser contestadas num futuro próximo. E não há previsão de qualquer fator capaz de proporcionar uma retomada durável da economia. Um *boom* nas despesas com armamentos não seria o suficiente. Os Estados Unidos já lhe destinam mais de 300 bilhões de dólares por ano e mesmo que o presidente George W. Bush venha a aumentá-las, com seu projeto de escudo anti-mísseis, isso em nada mudará o panorama econômico.

Reducir as taxas de juros para aumentar a demanda seria uma solução meia-boca, mas não resolveria qualquer dos problemas de fundo.

Para os banqueiros e grandes empresários, a saída de emergência continua sendo a das transações ilegais nos paraísos fiscais, a especulação monetária, a lavagem de dinheiro sujo e outros expedientes. Um ano e meio após a derrota de Seattle, as instituições dominantes da economia global – o

Tesouro norte-americano, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio – continuam de-

sacreditadas. As tradicionais lengalengas do liberalismo – livre-comércio, liberalização, desregulamentação – já não exercem o mesmo fascínio. E tem mais: seus poderes e suas banalidades começam a ser contestados de maneira fundamental, como se pôde ver no mês de janeiro, no Fórum Social Mundial, de Porto Alegre. Se, de acordo com os critérios de Wall Street, o *boom* foi espetacular, esse maná não beneficiou a maioria dos norte-americanos. Aumenta o fosso que separa os super-ricos de todos os outros. Em 1998, 10% dos norte-americanos mais ricos abocanhavam 76% das riquezas líquidas da nação. E mais da metade destas ficando entre as mãos de 1% dos mais ricos!

Quanto ao propalado “pleno emprego” norte-americano, ele esbarra no impasse de uma população carcerária de 2,3 milhões de pessoas. Se esse número fosse levado em conta nas estatísticas, o índice de desemprego do país seria comparável ao dos outros membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É difícil imaginar como um presidente perfeitamente impotente – e cujas capacidades intelectuais não levam propriamente à admiração – pode conseguir deter a espiral da crise.

Traduzido por Jô Amado

* Jornalista.

1. N.R.: A parcela da poupança referente ao rendimento doméstico.

CURTAS

Terceirização e morte

A terceirização causa acidentes fatais. De 1990 a 1998, a média de mortes no trabalho na Companhia Energética do Ceará (Coelce) era de 1,2 ao ano. Depois de terceirizados os serviços da empresa, em 1999, registraram-se 11 casos, a maioria por descarga elétrica. Em 2000, foram outros sete. E, neste ano, até o final de março, ocorreram mais duas mortes. A queda de fios de alta tensão também é mais freqüente com a terceirização. Têm ocorrido até mortes de usuários, devido à falta de manutenção na rede elétrica. A Coelce tem hoje 1,5 mil empregados e três mil terceirizados. Com pouco preparo, ganhando menos que os trabalhadores concursados, eles freqüentemente estão onde ocorrem acidentes. Vale lembrar o caso de 11 trabalhadores da Petrobras mortos na P-36 por uma combinação explosiva: mais produtividade com menores custos de manutenção.

Lucros eletrizantes

Os donos das companhias elétricas não pouparam energia se o assunto for obter lucros exorbitantes. E ainda contam com um empurrãozinho do governo federal. O líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (PT-BA), afirma que o governo montou um sistema de vantagens para as empresas de geração e transmissão de energia. Segundo Pinheiro, há um rendimento excessivo previsto nesses contratos de concessão, de até 35,9% ao ano sobre o capital investido. A taxa anunciada nos editais era de 11%.

A vez da água

E depois de privatizar a luz, os bancos, petróleo e telefonia, vem aí a privatização da água, momento em que o governo pretende enfilar parte estratégica da riqueza nacional pelo cano. O projeto de lei nº 4.147/01 privatiza o abastecimento de água e a coleta de esgoto no país. Se aprovada, a proposta vai beneficiar grandes monopólios, com outro mercado que se abre à transferência de riqueza pública para o setor privado. Como os brasileiros estão vendendo em outros setores, a lógica é que haverá queda na qualidade dos serviços e aumento abusivo das tarifas.

Fapesp suspende abertura de novas bolsas

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), considerada um exemplo no fomento à pesquisa no Brasil, continuará com o mesmo número de bolsas para alunos de mestrado e doutorado. A decisão da entidade deverá comprometer o ritmo de expansão da pós-graduação em São Paulo, principal formador de mestres e doutores do Brasil. Uma das principais causas para essa retração é o fato de que as agências federais Capes e CNPq vêm reduzindo a oferta de bolsas para aquele Estado.



COLÔMBIA

Guerra gera êxodo de pesquisadores

Aproximadamente 130 pessoas assistiram ao debate "Plano Colômbia e a Ofensiva Paramilitar", dia 31 de maio, no auditório da Faculdade de Economia da Ufrgs. Patrocinado pela Adufrgs, Assufrgs e pelo Movimento Unido de Solidariedade ao Povo Colombiano, o evento reuniu em Porto Alegre os professores colombianos Pedro Hernández, presidente da Associação Sindical de Professores Universitários da Colômbia (Aspu), Félix González, (Ufrgs) e Pietro Alarcón, (PUC-SP), além de Bernardete Menezes, diretora da Assufrgs.

Diretor da Adufrgs, Félix González abriu o debate lendo uma carta enviada pela Comissão International das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). No texto, os insurgentes afirmam que o Estado colombiano está por trás das ações dos paramilitares, a quem acusam de atrocidades contra os camponeses. A carta relata também ações atribuídas aos paramilitares, cujos métodos de ação incluiriam o esquartejamento de camponeses com motosserras. A guerrilha culpa ainda o governo norte-americano e seus organismos de espionagem pelo massacre de civis. "Os EUA e a burguesia governante estão retomando a tática desenvolvida na América Central: a aplicação do terrorismo de Estado para semear o terror no povo", diz o documento.

Professor de Direito na PUC-SP e representante no Brasil do Comitê Permanente pelos Direitos Humanos na Colômbia, Pietro Alarcón relacionou a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ao recrudescimento da intervenção norte-americana na Colômbia. Alarcón disse que o Plano Colômbia é o suporte militar para que o Estado norte-americano assuma o controle definitivo dos focos de resistência armada na América Latina. Segundo Alarcón, a ajuda do governo Bush no "combate ao tráfico de drogas" está mal direcionada. Mais de 80% do dinheiro destinado ao combate ao narcotráfico, segundo o professor colombiano, está concentrado para uma região que fica com menos de 1% do total de "narcodólares" que giram ao redor do mundo.

Além de atacar o Plano Colômbia, a ser executado numa parceria do governo colombiano com o exército dos EUA – "um dos mais comprometidos com as viola-



Colombianos: Pietro Alarcón, Pedro Hernández e Félix González relataram as dificuldades enfrentadas pelo povo colombiano frente à ofensiva paramilitar

ções de Direitos Humanos no mundo" – Alarcón apontou o modelo agrário colombiano como um dos responsáveis pelo aumento dos cultivos de coca no país. "A falta de decisão política para fazer uma reforma agrária e a violência emanada do Estado colombiano desde a segunda metade do século 20 jogaram os camponeses para terrenos frágeis, onde os cultivos tradicionais corriam o risco de serem perdidos".

Diretora da Assufrgs, Bernardete Menezes falou que o Plano Colômbia põe em risco toda a América Latina. Ela convocou as forças progressistas da sociedade brasileira para juntas lutarem contra a implantação da Alca e do Plano Colômbia. Segundo a sindicalista,

preciso usar "todos os recursos disponíveis para ampliar na sociedade a denúncia contra essa nova estratégia de dominação dos EUA".

Mapa das mortes

"As crescentes ameaças têm provocado um calado êxodo de pesquisadores a Bogotá". Foi o que afirmou o

Pedro Hernández durante o evento. Projetado em uma tela branca, um mapa da Colômbia guiava o professor na exposição da realidade social de seu país. Apontando para vários pontos, o professor ia explicando a difícil situação vivida pelos docentes colombianos "Aqui, professores foram expulsos da região pelos paramilitares. Nesta região, outros foram mortos por mercenários", explicava.

Os atentados à liberdade acadêmica fazem parte da realidade colombiana. Se da direita a contestação sai por meio de tiros, da esquerda, vem via argumentação. Mesmo contrariadas por conclusões que saem de pesquisas das universidades, as guerrilhas de esquerda preferem contestar os professores "na base da escrita", o contrário do que fazem os paramilitares. A violência contra professores colombianos aumentou muito nos últimos dois anos. As perseguições e os assassinatos, atribuídos a grupos que agem com a complacência do Estado colombiano, fazem parte do que ele chamou de "procedimento típico do fascismo, que busca acobertar-se atrás da ordem estabelecida".

Agenor Bevílqua Sobrinho - professor de Filosofia da Universidade do Grande ABC(UniABC)

"O apagão moral"

O processo de reeleição já nasceu viciado com a compra de votos para aprovar a emenda constitucional que permitiu a recondução do presidente FHC. O interesse público foi substituído pela mesquinaria de um grupo político que quis se perpetuar no poder não para realizar as transformações necessárias e favoráveis ao povo brasileiro, mas, sim, para alimentar o capital financeiro especulativo e predatório com a demagogia cambial, multiplicando o desemprego e a fome dos brasileiros como nunca se havia visto em nossa história.

O uso descarado da máquina do Estado, conjugado ao abuso do poder econômico e de parte da imprensa oficialista, mantiveram, por largo período, a população alienada e anestesiada da realidade. As velhas e novas oligarquias encasteladas no poder, por enquanto, têm impedido a instalação de CPIs para investigar o Sivam, a Pasta Rosa, a compra de votos da reeleição, o dossiê Cayman, as fitas do BNDES, a Sudene, a Sudam, o sistema financeiro,

as privatizações nebulosas do setor energético, de telecomunicações... E demais esqueletos guardados a setecentas chaves e senhas nos porões dos iluministas (opa!), que ora nos apresentam a bula dogmática tucano-pefelistas e suas teses de flagelação tarifária endereçadas aos incautos acionadores de interruptores de aparelhos eletrodomésticos supostamente inofensivos.

Os antigos e atuais senhores da Casa Grande não atentam para as demandas populares. Não planejam ações efetivas de governo e se dizem "surpresos" com os acontecimentos. Ostensivamente repudiam os movimentos populares organizados e as minorias. Por isso, receitam isenção, subvenção, doação, genuflexão para os conglomerados. E cacetadas para os desempregados. Não há vaga na pós-modernidade social-democrata de sua majestade.

Hoje, os avanços tecnológicos nos permitem precisar o ritmo e as consequências do entreguismo desen-

freado levado a efeito pela adaptação peculiar de René Descartes (*Cogito ergo sum*) na moda neoliberal tupiniquim de FHC: "Nacional é brega; logo, entrega." E seu corolário: a modernização conservadora para desmantelar um projeto de país soberano e independente tecido pelos setores democráticos da sociedade.

Finalmente, uma mensagem de um brasileiro que não suporta ver seu país atolado na lama, na escuridão e emaranhado num cipoal de crimes e desmandos de sua elite retrógrada.

Para que o povo brasileiro não tenha a falsa impressão de que é obrigado a aturar as agruras e sofrimentos impostos por uma política econômica recessiva, antinacional e perniciosa por várias gerações, é necessário prestarmos atenção ao atual momento histórico que se caracteriza pela urgência Ética de sair dessa "overdose" de corrupção que, não por acaso, rima com apagão, com falta de transparência e de esclarecimentos.



A escola unitária no Estado burguês

Em Gramsci, o Estado e a escola (editora Unijuí), Rosemary Dore Soares percorre os complexos caminhos da história da escola no capitalismo. É nela que Rosemary ambienta a discussão de filósofos, pensadores e pedagogos de diferentes nacionalidades sobre a escola, seus métodos de ensino, modelo de organização, sentido e perspectivas. Para Rosemary, a construção da "escola unitária" não está condicionada à derrocada do Estado burguês, pois se trata de um processo de superação da escola existente. Como explica Marco Aurélio Nogueira, em prefácio ao livro, "ela decorre, acima de tudo, do desenvolvimento dos elementos racionais da 'escola nova' e a luta contra seus aspectos conservadores, elitistas, cristalizadores das divisões sociais, num processo em que a construção do 'novo' se afirma no bojo mesmo da luta pela destruição do 'velho'".

O advento da escola unitária, para Antonio Gramsci, significa "o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá refletir-se em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo". Nogueira diz que, em vez de seguir-se ao advento de uma nova sociedade, a "escola uni-

tária" torna-se ela mesma instrumento de edificação dessa sociedade. "É um elemento a mais para possibilitar às classes subalternas a aquisição de recursos decisivos para romper com a subalternidade e assumir um maior protagonismo social.

Para Rosemary, a escola existente é "a única que conhecemos, resultante das amplas lutas dos movimentos sociais". Trata-se da defesa da idéia de que há uma base para reformar a escola. Neste sentido, não haveria a necessidade de projetos mirabolantes dedicados a fundar uma escola toda nova, como se a que existe fosse pura inutilidade e não pudesse ser transformada. "Mas é evidente que não basta querer outra escola, como se ela estivesse ao alcance da mão, independentemente das condições concretas e projetos bem fundamentados", acrescenta Nogueira, lembrando que a reforma da escola não é algo simples, passível de ser equationado tecnicamente, à base de ajustes orçamentários, reformulações técnicas ou mudanças administrativas. Isso daria a impressão de que uma intervenção num terreno tão vital pudesse ser feita sem uma política adequada.

Rosemary é professora-adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais. É docente e orientadora nos programas de graduação e pós-graduação, nos quais ministra disciplinas nas áreas de Filosofia da Educação e Filosofia Política. Nos últimos anos, tem se dedicado à investigação da realidade educacional brasileira. Concentra seus estudos e pesquisas no debate sobre as estratégias para superar a dualidade do sistema educacional brasileiro, dividido em escola de formação humanista e de formação profissional.

Rosemary Soares diz que a defesa da escola existente é, no fundo, a defesa da idéia de que temos uma base para reformar a escola. "Não precisamos de projetos mirabolantes dedicados a fundar uma escola toda nova".

Gramsci, o Estado e a escola

Rosemary Dore Soares

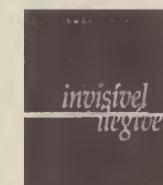


ORELHA

Água pesada e outros contos

Martin Amis

Poetas ganham fortunas por um soneto; roteiristas de cinema vivem à míngua; homossexuais dominam a sociedade; heterossexuais são mantidos em guetos. Inversões irônicas desse tipo desendiam a arte narrativa de Martin Amis, uma voz capaz de fazer face a arrogância do mundo moderno. Companhia das Letras. 280 p. R\$ 31,00.



Design gráfico

Do invisível ao ilegível

Ana Cláudia Gruszynski

Traz tendências pós-modernas e a influência da computação no design. A autora diz que o design gráfico, vinculado durante anos à neutralidade quanto à tipografia, reivindica hoje sua intervenção e contribuição ativa para produzir sentido nas mensagens. Editora 2AB. 116p. R\$ 26,00.



Livro transforma em poesia dureza do trabalho infantil

Pura poesia, em palavras e imagens, extraída da dura realidade do trabalho infantil na lavoura nordestina de cana-de-açúcar. Assim se traduz o livro "O Sujeito Fingidor", de Maurício Roberto da Silva, que foi lançado no início deste mês.

Os poemas e fotos do livro emergiram da coleta de dados realizado pelo autor durante a pesquisa de campo para conclusão de sua tese de doutorado na Universidade de Campinas (Unicamp). Todo o material de "O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar. Onde está o lazer? O gato comeu!" foi colhido na lavoura canavieira da Zona da Mata pernambucana.

Vozes e olhares

Segundo o autor, o livro contém "as vozes e olhares das crianças pobres trabalhadoras brasileiras precoces e exploradas pela fúria da acumulação de riqueza do capital", além de memórias de sua própria infância. "O Sujeito Fingidor" representa, em suma, de um lado as infâncias partidas de outras crianças que não apenas eu; e, de outro, a autobiografia da criança que já fui um dia, abandonada ao meio-dia à beira do calçamento quente

da rua da amargura onde outrora habitou", afirma na introdução.

O livro é uma edição da Editora da UFSC e do Comitê Catarinense Independente contra o Trabalho Infantil. O lançamento na Bahia é uma promoção da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e da APUB-SSInd, com o apoio da AATR, CBCA/BA, CRIA e Raiz.

O autor

Maurício Roberto da Silva também foi menor trabalhador. Hoje, é professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É doutor em ciências sociais aplicadas à educação pela Universidade de Campinas, uma das mais importantes do País. Também é editor da Revista Motrivivência, publicação especializada em educação física, esporte e lazer, editada pela UFSC.

Maurício foi um dos fundadores do Comitê Catarinense Contra o Trabalho Infantil, criado em maio de 1995. Desde então, vem colaborando com a luta pela erradicação de uma das agressões mais violentas aos direitos fundamentais da criança.

WWW

Fórum Social

X www.genoa-g8.org

Página do Fórum Social de Gênova, evento inspirado no Fórum de Porto Alegre, que será contraponto à reunião oficial do G8, em julho, na Itália.



Fique por dentro da Internet

Jerry Glenwright

Da coleção Fique Por Dentro, que trata também de Filosofia, Genética, Ecologia, Física e outros assuntos, o livro conta a história da Internet, de forma agradável e divertida. Ilustrado, é garantia de leitura leve e informativa. Editora Cosac & Naify. 192p. R\$ 24,00.

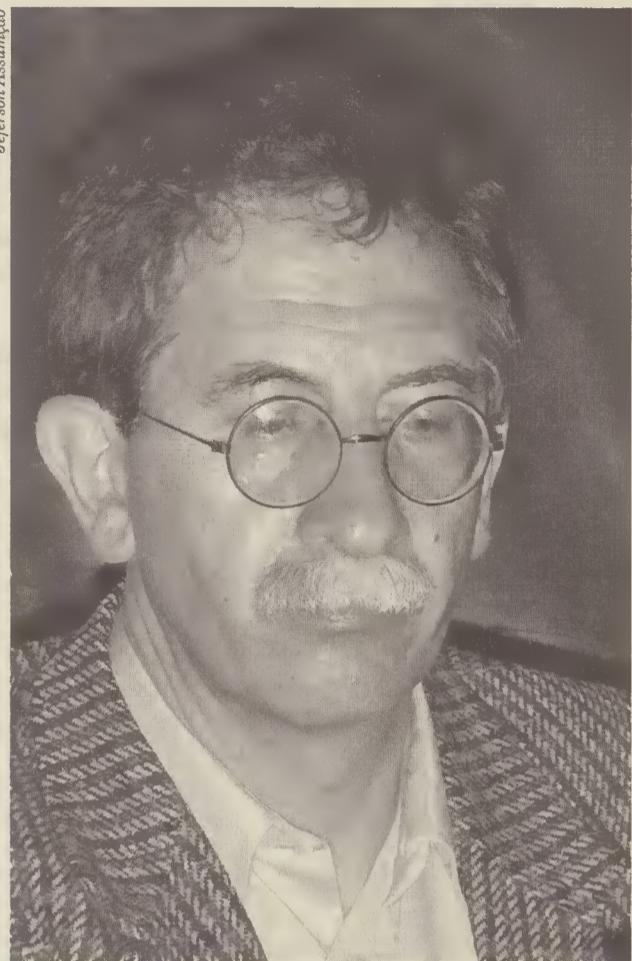
Antiglobalização

X www.azine.org

Portal de notícias ligado a grupos anarquistas portugueses. Atualização diária de tudo que acontece de mais relevante no mundo do ativismo antiglobalização.

"Uma simples pesquisa pode resultar em morte na Colômbia"

Jéferson Assunção



Hernández: "somente uma mobilização da sociedade civil pode salvar o país"

Ser professor universitário hoje na Colômbia é uma profissão de risco. Aliás, poucas profissões não o são em um país dividido pela guerra. O professor Pedro Hernández, presidente da Associação Sindical de Professores Universitários da Colômbia (Aspu), esteve em Porto Alegre a convite da Adufrgs, participando do painel de lançamento do Movimento Unido de Solidariedade ao Povo Colombiano. Durante sua estada aqui, ele contou um pouco da dramática situação vivida pelo povo colombiano e procurou reforçar os laços de solidariedade internacional que estão sendo construídos em vários países em defesa da população de seu país. Em entrevista ao Adverso, ele falou um pouco dos problemas que atingem hoje os professores universitários da Colômbia, da violência patrocinada pelos grupos paramilitares e da situação do país em geral.

Marco Aurélio Weissheimer

cas sindicais e estudantes. Estes comunicados dão prazos para essas pessoas saírem das universidades e mesmo de suas cidades, caso não queiram morrer. E o pior é que tudo isso é de conhecimento das autoridades das universidades e do governo, que não fazem nada de concreto para garantir a segurança das pessoas ameaçadas. Essa é a situação que vivemos atualmente na Colômbia.

Adverso - Qual o saldo de vítimas fatais desta escalada de violência?

Hernández - De fato, nos últimos anos vários professores, estudantes e funcionários destas universidades já foram assassinados pelos paramilitares. No ano de 2000, foram assassinados os seguintes professores: James Antonio Pérez Chima, Hugo Iguarán Cotes e William Aguirre Tirado (da Universidade de Córdoba); Alfredo Castro Haydar (da Universidade de Atlântico). Além destes, foram praticados atentados contra a vida dos professores Eduardo Pizarro Leon Gómez (da Universidade Nacional), Augusto Cabrera (da Universidade de Nariño) e Miguel A. Vargas (da Universidade de

lência que se abateu sobre a região, desde que os paramilitares aumentaram seu poderio, mostra bem de que natureza são estes "benefícios". Somente em janeiro último, foram registrados 454 crimes com violência física. Os funcionários da polícia e do governo limitam-se a contar o número de mortos e a observar a trilha de sangue deixada por Castaño e seus seguidores. A força deste grupo pode ser sentida no próprio interior da Universidade de Córdoba. Eles ameaçam professores, estudantes e funcionários, acusando-os de ligações com a guerrilha por qualquer coisa, e influem diretamente na escolha dos dirigentes da instituição, seja apoiando candidatos, seja "sugerindo" que outros não concorram. O governo tem conhecimento desta situação mas não faz nada para modificá-la.

Adverso - O sr. consegue ver alguma luz no fim deste túnel de violência?

Hernández - A sociedade civil colombiana está muito assustada e mesmo paralisada, mas vem tentando implementar algumas iniciativas em favor da paz. Uma delas é a Assembléia Permanente da Sociedade Civil pela Paz. Trata-se de um processo pedagógico de formação de sujeitos sociais, orientado para fortalecer os movimentos sociais em defesa da paz. Estamos tentando incentivar e promover expressões da paz e expressões do poder cidadão na perspectiva de construção de um novo país baseado na justiça social. A Assembléia teve sua primeira plenária em Bogotá, em julho de 1998, na qual participaram mais de quatro mil pessoas, pertencentes a 800 organizações sociais e de direitos humanos, além de representações internacionais. Em 1999 foi realizada a segunda reunião, em Santiago de Cali. Agora, nos dias 19, 20 e 21 de julho, estaremos promovendo a terceira plenária nacional, em Oriente Antioqueño. Esta entidade da sociedade civil defende uma saída política negociada para o conflito armado e apoia a construção de um novo país, baseado nos princípios de paz, justiça social e respeito aos direitos humanos. Sabemos que temos um duro caminho a percorrer. O governo não vem demonstrando muito interesse concreto em encontrar uma saída negociada para o conflito armado. Parece mais disposto a estender as negociações o máximo de tempo possível para ganhar tempo e força para derrotar as forças armadas rebeldes. De fato é uma situação muito difícil. Acreditamos que somente uma grande mobilização da sociedade civil colombiana pode reverter este quadro.

“O clima de medo e violência está provocando uma verdadeira diáspora no país”

César). No mesmo ano também foram assassinados dez estudantes, três da Universidade de Atlântico, cinco da Universidade de Córdoba, um da Universidade de Magdalena e um da Universidade de Nariño. Além destes, vários estão desaparecidos e um grande número foi obrigado a deixar suas universidades e suas cidades. A violência também atinge o corpo administrativo das universidades. O secretário geral da Universidade de Atlântico, Luis E. Meza foi morto e o presidente nacional do Sintraunicol, Gilberto Agudelo, da Universidade Nacional, está desaparecido.

Adverso - Neste contexto, como atua o movimento sindical docente?

Hernández - A Associação Sindical de Professores Universitários da Colômbia (Aspu) está organizada em 20 universidades públicas, possuindo filiados também em universidades privadas. Os filiados da Aspu têm sofrido muitas ameaças por parte dos grupos paramilitares. A situação é muito grave. Temos sido ameaçados, principalmente nas universidades da Costa Atlântica. Nos departamentos de Atlântico, César, Córdoba, Magdalena, Sucre, Amazônia, Choco, Huila, Nariño, Santander del Norte e Tolima apareceram vários comunicados das Autodefesas Unidas de Córdoba e Urabá (organização que reúne vários grupos paramilitares), ameaçando a vida de professores, funcionários, lideran-

“Polícia e governo limitam-se a contar o número de mortos e a observar a trilha de sangue”

nho a percorrer. O governo não vem demonstrando muito interesse concreto em encontrar uma saída negociada para o conflito armado. Parece mais disposto a estender as negociações o máximo de tempo possível para ganhar tempo e força para derrotar as forças armadas rebeldes. De fato é uma situação muito difícil. Acreditamos que somente uma grande mobilização da sociedade civil colombiana pode reverter este quadro.